

António Manuel Magalhães em entrevista à Página

A CLASSE MÉDIA ESTÁ A REAGIR CONTRA A INVASÃO DAS ESCOLAS PELOS FILHOS DA 'PELINTRADA'

António Manuel Magalhães: licenciado em Filosofia; mestre em Ciências da Educação (Educação e Desenvolvimento Social); doutorando na Universidade de Twente (Holanda), onde prepara tese na área de políticas de Ensino Superior; professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), lecciona Introdução às Ciências da Educação e assiste Stephen Stoer em Sócio-Antropologia do Desenvolvimento e da Cultura; no âmbito das problemáticas desta última, têm publicado em conjunto diversos artigos na imprensa generalista e/ou especializada e, entre outros, são coautores de 'Orgulhosamente filhos de Rousseau', a editar brevemente sob chancela da Profedições; como investigador, faz parte do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCEUP e integra o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, em fase de formalização.

É verdade que os jovens chegam mal preparados ao Ensino Superior? Que o ensino tem vindo a piorar?

AMM - A questão do nível enforma a preocupação central de 'Orgulhosamente filhos de Rousseau'. A discussão sobre se o nível sobe ou desce é velha de milhares de anos, e desde a academia platónica que as gerações mais velhas se queixam das mais novas. No entanto, a carpideira a propósito da descida de nível tem de ser enquadrada, hoje, e em Portugal, de uma forma diferente, no sentido de que os professores - e acho que a sociedade em geral - ainda não assumiram a escola de massas.

De facto, se até aos anos 60 apenas os filhos da classe média frequentavam o ensino liceal, o que acontece hoje é que os filhos das classes trabalhadoras também já vão chegando ao Secundário, sobretudo com os instrumentos administrativo-pedagógicos que foram instalados no sistema. Contudo, verifica-se um fenómeno interessante - o senso comum dos professores interiorizou uma imagem de aluno urbano, de classe média, que dispõe de livros, vídeo, música, etc.; e esta imagem faz com que os professores, enquanto classe profissional, padeçam de uma espécie de miopia pedagógica que os impede de reconhecerem os alunos que têm à sua frente.

Um pouco a ideia de que os professores programam e planificam para os filhos deles...

AMM - E para os filhos dos seus colegas. Isto é tão mais interessante quanto o discurso de sala de professores afirma que os alunos são cada vez piores, aprendem cada vez menos, falam cada vez pior, não se conseguem ensinar; chegam a fazer listas dos disparates que os alunos dizem, esquecendo que eles são seus alunos. Ou seja, os professores constroem o discurso da sua própria profissionalidade com base na desqualificação dos alunos, e isto sem que se dêem conta que com a desqualificação dos seus alunos são eles próprios que se despromovem.

Será essa desqualificação que estará na base da angústia que constitui o rito de passagem para o Ensino Superior? Ou o Superior padece do mesmo problema, ampliando-o?

AMM - Em termos sociológicos, o nosso Ensino Superior está, também, a tornar-se de massas. É convencional dizer-se que entre 15% a 40% de participação temos ensino de massas, e nós estamos a entrar nessa fase. Uma eventual descida de nível terá a ver com o acesso de uma maior franja da população ao ensino, nomeadamente ao Secundário, que é onde a questão é mais premente.

No Superior, a massificação trouxe problemas diversos; problemas relacionados com estruturas de elite para ensino massificado e com a definição do que é o Ensino Politécnico e do que é o Ensino Universitário, como são perspectivados um e outro, em que é que ambos são Ensino Superior e em que é que são diferentes? Esta definição em termos muito claros ainda está por fazer, embora apareça nos instrumentos legais: o politécnico é mais vocacionalizante e o universitário mais académico, com forte pendor para a investigação - todavia, sabemos que os politécnicos fazem, ou pretendem fazer, investigação e que o universitário também faz ensino vocacionalizante.

Voltando atrás, o Ensino Secundário é o ponto fraco do sistema?

AMM - De facto, a questão do nível tem-se levantado mais em termos do Ensino Secundário.

Que, portanto, deveria ser prioritário. Ou não?

AMM - Neste momento, parece-me que não podemos estar a discutir muito por qual ponta devemos pegar, mas julgo que a ênfase da importância do Pré-Escolar - e eu tenho algumas dúvidas acerca desta designação - é interessante como forma de perspectivar a Escola em termos de igualdade de oportunidades de sucesso e de escola democrática, porque é nas primeiras fases da vida escolar, nomeadamente no Básico, que as questões se colocam com mais preminência.

As taxas de insucesso no Básico são assustadoras e as investigações parecem mostrar que as desiguais oportunidades de sucesso são devidas a questões de classe social ou etnia - na generalidade, os alunos ciganos e de origem africana, bem como os filhos das classes trabalhadoras, pagam a maior factura. Neste sentido, estou absolutamente de acordo em que se insista no Pré-Escolar e no 1º Ciclo.

No entanto, e porque o foco da minha atenção se centra no Ensino Superior, digamos que algumas problemáticas se deslocam dessa preocupação pela igualdade de oportunidades para o Superior. Mas parece-me essencial insistir na perspectiva de que a sociedade e os professores em geral têm dificuldade em assumir o ensino de massas; há um pré-conceito e um preconceito elitista, sobretudo no Secundário.

'A Página' de António Manuel Magalhães

... Nem todos podem ser doutores ?!....

A velha história de que nem todos podem ser doutores...

AMM - Exactamente! Aliás, é um bocado esse o problema por trás da invectiva de Filomena Mónica contra os 'filhos de Rousseau' [O Independente]. Não que eu a considere uma reacção empedernida, mas acho que reflecte o tal discurso de senso comum que os professores criaram e que, no fundo, justifica as suas desesperanças, os seus desalentos e as suas dificuldades perante alunos cada vez mais diversos, com interesses cada vez mais variados e afastados da Escola, enquanto discurso e práticas.

Filomena Mónica organiza este senso comum em algumas evidências - nivelamento feito baixo e promoção generalizada daqueles que deveriam ser penalizados - e chega a dizer que isso é verdade não só em relação ao tecido humano que frequenta a Escola, como em relação aos programas, à formação dos professores e à construção dos manuais; que tudo isto reflecte uma ideologia igualitária, que a autora identifica como sendo a dos 'filhos de Rousseau', e que resultaria no afogamento do sistema na mediocridade.

Em relação a essa questão dos 'filhos de Rousseau', de cujo estatuto AMM e Stephen Stoer se afirmam 'orgulhosos', que avaliação faz da reacção dos professores?

AMM - O que nos levou a reagir, sem nunca descurarmos o mérito e o talento, sobretudo jornalístico, que Filomena Mónica teve, foi o facto de termos notado que a comunidade docente - não tanto os professores mais militantes pedagógicos, nem os que participam nos sindicatos ou aqui connosco - se reviu algumas das críticas como uma forma de reacção à Reforma.

Completada a Reforma, digamos que Filomena Mónica foi a primeira a reagir, fazendo um balanço da implementação nos seus artigos. E a sentença foi que o nível baixou devido a uma excessiva influência de pedagogias cujo fundamento ela remeteu para Rousseau. Mas esta remissão tinha um endereço muito concreto - os teóricos das Ciências da Educação, que seriam os responsáveis pela viragem rousseauiana que inspiraria programas, manuais e a própria Reforma.

Ora, nós devemos dar a Rousseau o que é de Rousseau e, por outro lado, definir aquilo em que nos assumimos como sendo 'orgulhosamente filhos de Rousseau'. Se ser rousseauiano quer dizer centralização do ensino-aprendizagem nos sujeitos da aprendizagem, nós somos rousseauianos; se quer dizer preocupação com as características das crianças e dos jovens, no sentido de veicular e adaptar os processos ao seu desenvolvimento, nós somos rousseauianos. E somos rousseauianos, também, porque a modernidade é construída a partir de um paradigma que tem a ver com princípios de Estado, de Comunidade e de Mercado e, por outro lado, tem a ver com a racionalidade cognitiva, ético-política e estética. Rousseau foi, digamos, o grande promotor do princípio de Comunidade; mas porque a modernidade se construiu, sobretudo, na base do Estado e do Mercado, falta cumprir e articular o princípio de Comunidade - neste ajuste de contas com a modernidade, somos ainda rousseauianos. Ou seja, por três motivos - centralização da aprendizagem no sujeito da aprendizagem, adaptação às suas características e articulação da Escola com o princípio da Comunidade - somos rousseauianos, embora não primários, porque Rousseau também foi, muito ao gosto da época, promotor de nacionalismos e machista indefectível, defendendo uma educação menorizante para as mulheres.

Digamos que 'Orgulhosamente filhos de Rousseau' é estratégico: tem a ver com os dias de hoje e com o que falta cumprir das muitas promessas rousseauianas. No nosso primeiro artigo, escrevemos 'Oxalá fosse verdade!' - que os 'filhos de Rousseau' fossem tão influentes no sistema educativo quanto Filomena Mónica o diz. Mas o facto é que não são, embora José Manuel Fernandes [Público] tenha chegado a dizer que se tratava do regresso do bom selvagem e que as escolas são como comunas... Isto, como toda a gente sabe, não tem nada a ver com a realidade das escolas; qualquer professor e qualquer aluno sabem que não é assim.

Então, porque é que apanhamos estes 'murros no estômago', como escreveu José Manuel Fernandes?

Quanto a mim, e voltamos ao princípio, esta é a reacção de uma sociedade que está a lidar com o ensino de massas pela primeira vez de uma forma clara, mas que ainda não incorporou esta realidade no seu senso comum. O que Filomena Mónica diz e que soa muito bem nos ouvidos de alguns professores - aquele carpir de que os

alunos aprendem cada vez menos, estão cada vez menos preparados, não se interessam por nada - é, no fundo, a reacção do senso comum que ainda mantém o modelo de classe média urbana e europeia; urbana por contraposição a rural, europeia por contraposição às outras etnias. Digamos que é esse senso comum que provoca a tal miopia e faz com que muitos professores desqualifiquem os seus alunos.

Portanto, acho que a reacção aos 'filhos de Rousseau', e ao rousseuianismo filosófico porventura presente em algumas políticas, tem a ver com o facto de ainda não se haver interiorizado nos processos pedagógicos e na organização e gestão da Escola precisamente esta presença de alunos muito diferentes dos de há 20 anos e com interesses muito diversificados. Mas não podemos continuar a pensar o ensino-aprendizagem como se não se tivesse passado nada, como se a Escola não tivesse sido deslocada da centralidade em que se encontrava - pensar o professor de hoje como 'o' recurso pedagógico é ridículo; hoje, aprende-se de muitas e diferentes maneiras, o processo de ensino-aprendizagem não é monopólio da Escola e quanto mais indiferente a Escola for à multiplicidade e diversidade de lugares e tempos de aprendizagem mais se reforçará o discurso de desqualificação.

Essa reacção não reflectirá, também, uma plataforma saudosista transversal à sociedade? Ou seja, passada a euforia da democratização, em que tudo era muito bonito porque éramos todos iguais, não estaremos a assistir a uma tentativa de recuperação de privilégios perdidos?

AMM - Absolutamente! É como ouvir reacções do tipo 'imagina que o filho da minha mulher-a-dias entrou para a faculdade'... E porque não? O tempo em que o Ensino Superior garantia um lugar no Estado acabou definitivamente. E com isto não quero dizer que o desemprego de licenciados é uma coisa boa, nem pensar nisso; o que digo é que a democratização do ensino implica, de facto, o reconhecimento da presença de pessoas oriundas de um leque social mais alargado.

E como é que a Escola pode reagir? Como é que os professores devem reagir? Revendo-se no discurso de Filomena Mónica, ou requalificando-se para lidar com a complexidade do ensino-aprendizagem tal como hoje se vai assumindo? Esta é que é a questão, porque o discurso de Filomena Mónica é justificativo, é legitimador dos desânimos, desesperanças, cansaços...

António Manuel Magalhães em entrevista à Página

Assiste-se a um despertar da classe média portuguesa

Um discurso que, de algum modo, dá expressão à invasão da Escola pela 'sociedade civil' e que justifica o assalto ao 'castelo' dos professores, obrigando-os a jogar na defensiva...

AMM - Eu acho que devemos ser mais precisos, porque a sociedade civil é constituída por muitos sectores. Mas, por exemplo, as associações de pais podem ser identificadas com a classe média. E quem são os pais que, pertencendo às associações, efectivamente influenciam? São, de facto, os pais de classe média...

Mas eu não estou a pleitear contra a classe média. Enquanto analista, tento perceber o que está por trás desta reacção e não tenho dúvidas de que se trata de uma reacção da classe média, à procura de afirmação social e política. No fundo, é esse protagonismo que identifiquei como a procura de privilégios, mas não só. É, também, o endereçar ao sistema educativo as preocupações que são as da classe média: selectividade e preparação para o mercado de trabalho, em detrimento de outras reivindicações mais democráticas.

Ou seja, a classe média está a reagir à sua eventual proletarização, reorganizando-se na tentativa de atenuar o fosso que alguns teóricos afirmam estar a alargar-se cada vez mais entre os cada vez mais ricos e os cada vez mais pobres?

AMM - Sim, sim. Eu penso que em Portugal nunca tivemos uma classe média actuante e que estamos a começar a tê-la, mas muitas das reivindicações relacionadas com a qualidade - que é, no fundo, o discurso de Filomena Mónica - descuram a realidade da escola de massas e a necessidade de democratizar o ensino. E, quando insistimos na democratização, somos muitas vezes inquiridos sobre a excelência académica - então, para garantir a igualdade de oportunidades de sucesso, fazemos o nivelamento por baixo?

Evidentemente, nós estamos preocupados com a questão da qualidade, com a excelência, mas numa sociedade como a nossa, em que a escola de massas ainda não assentou arraiais, não nos entrou nos hábitos e ainda nos faz confusão, parece-nos mais importante enfatizar os aspectos relacionados com a igualdade de oportunidades de sucesso e com a imbricação da sociedade na escola de massas. Claro que se correm riscos e que os meninos que vão para a Escola são socializados numa linguagem e com preocupações diferentes das da Escola - um exemplo desta miopia pedagógica: alunos do 9º ano com negativa a Inglês conseguem traduzir as letras das músicas rock e entendem perfeitamente as estrelas do rock. Então, o que é que se passa?

Por tudo isto, um dos nossos vectores de análise fundamental é este - o que é que constitui o atractivo num discurso como o de Filomena Mónica: a afirmação dos valores da classe média? A afirmação da instrumentalidade do ensino em relação às preocupações dos filhos da classe média?

Como obter boas notas para ingressar na faculdade, conseguir um 'canudo', arranjar um bom emprego, com bom salário...

AMM - Evidentemente, e é interessante verificar que as escolas públicas servem estatisticamente as classes mais

favorecidas. De facto, os estudos que temos vindo a realizar mostram que as instituições públicas de Ensino Superior são mais prestigiadas do que as privadas - as preferências dos alunos vão, por esta ordem, para as universidades públicas, as privadas, os politécnicos públicos e, finalmente, os privados. Quer dizer, a massificação do Ensino Superior foi obedecendo a uma lógica quase perversa, porque, se o ensino público é dirigido à grande maioria da população, o que acontece é que - dados os padrões exigidos para entrada no Superior - as instituições públicas foram sendo ocupadas essencialmente pela classe média. E isto é quase perverso porque a igualdade de oportunidades de sucesso no Secundário é, ela própria, muito subtil. De facto, qual é a proveniência dos alunos com possibilidade de ter explicações que lhes permitam atingir as notas necessárias para a entrada no Superior? Quem é que tem capacidade económica para proporcionar isso aos seus filhos? - precisamente, a classe média; os outros vêem-se condenados a entrar nos estabelecimentos privados...

Dando lugar a uma excelente oportunidade de negócio...

AMM - Exactamente. Há, mesmo, quem defenda que, quando os exames finais do Secundário deixaram de ter valor de selecção e passaram a valer apenas para o estabelecimento do ranking de alunos - sendo possível que um aluno entre com um 4, desde que haja vagas -, isso correspondeu a uma política deliberada de criar um mercado para as instituições privadas.

Aconteceu a partir do ministério de Roberto Carneiro e há analistas que sublinham a intencionalidade política da medida, aparentemente generosa, mas acabando por favorecer interesses económicos que pretendiam aproveitar esse nicho de mercado. De qualquer modo, a generosidade das medidas avulsas, quando confrontadas com os tecidos sociais, pode ter efeitos contrários, e o que acontece é que o Ensino Superior público é, de facto, essencialmente frequentado pelos filhos da classe média, numa inversão da sua lógica primordial.

António Manuel Magalhães em entrevista à Página

As ciências da Educação não se falam em 'eduquês'

Flectindo um pouco o sentido da conversa, porque penso que este assunto também é abordado no vosso livro, não lhe parece que, tendo-se a Escola tornado um assunto de todos - com toda a gente a querer opinar sobre educação, normalmente de forma negativa e muitas vezes sem perceber como nem porquê -, não lhe parece, dizia, que faltam discursos substantivos e criteriosos, que a discussão é frequentemente redonda, ou mesmo estéril?

AMM - Como eu gosto de ouvir isso!... É um assunto que considero particularmente interessante, porque revela que a Escola se tornou mais presente na vida e porque, como bem disse, a Escola deixou de ser só para alguns; a Escola meteu-se na nossa vida, e nós, como em todas as questões da nossa vida, temos o direito e o dever de ter opinião.

Agora, quando se pretende falar informadamente - como foi o caso de Filomena Mónica, que assinou como investigadora -, a questão é outra, sendo interessante verificar que Eduardo Prado Coelho, por exemplo, ao reagir aos trabalhos da mesma Filomena Mónica, dizia que as opiniões dela sobre literatura e poesia são indigentes, mas que concordava com ela no que diz respeito à educação. Isto é interessante, porque dá a impressão que é possível discutir-se a educação de uma forma reflexiva e fundamentada - científica, se se quiser -, sem se estar munido dos devidos instrumentos.

Ora a reacção de algumas pessoas foi ao ponto de terem criado uma designação para a linguagem que os especialistas em educação utilizariam, e que seria o 'eduquês'. Brincou-se com isso porque, alegadamente, a nossa forma de falar é tão complicada que é impossível ser apreendida pelo senso comum percebê-la. E então ridicularizaram sobretudo os trabalhos de Ciências da Educação como sendo o 'eduquês'.

Mas se, para falar informadamente sobre questões da vida, eu tenho o limite da minha preparação técnica e científica - posso ter opiniões, mas a discussão aprofundada tem lugar no campo científico onde a vida é investigada e combatida -, da mesma forma considero que o nosso campo de trabalho foi desrespeitado e desprestigiado, não por a educação se ter tornado preocupação comum, mas como se a massa crítica que fomos construindo fosse uma coisa para tontinhos com vocabulário próprio e insusceptível de ser captada pela maioria das pessoas.

Entenda-se: é legítimo que as pessoas falem e discutam a educação, mas já não me parece tão legítimo - antes desrespeitador e vilipendiador - apelidar de 'eduquês' o nosso campo de investigação. Ou seja, a coberto do ataque aos 'filhos de Rousseau', também se atacou uma área de investigação, chegando alguns a falar, grosseiramente, em ciências ocultas e coisas do género.

Isso suscita-me uma questão provavelmente impertinente. Não seria desejável que quem investiga tivesse mais intervenção mediática, dando mais visibilidade à investigação e, simultaneamente, municiando debates mais alargados? Quem produz pensamento no interior das universidades não deveria libertar-se mais da redoma académica e assumir-se como fazedor de opinião?

AMM - Não acha que, por exemplo, com a brochura que estamos a fazer ['Orgulhosamente filhos de Rousseau'], e utilizando uma linguagem menos académica, mas que não pode deixar de ser rigorosa, estamos a tentar fazer isso?

Acho, claro. Mas a minha dúvida é porque não se faz mais?

AMM - Concordo. É uma excelente crítica, porque, de facto, a comunidade académica deveria ser mais activa na passagem daquilo que está em causa para a opinião pública. Mas creio que as coisas estão a melhorar...

Mudando mais uma vez o rumo da conversa - a eventual perda de prestígio da função docente e a crise de autoridade dos professores, real ou aparente, resultam apenas de circunstancialismos exteriores à Escola ou reflectem, também, a desadequação da formação às exigências de uma nova profissionalidade?

AMM - Essa é uma boa questão, mas acho que devemos distinguir diversos níveis. Primeiro, o que é 'poder' e o que é 'autoridade', porque, muitas vezes, sob o queixume da perda de autoridade está o carpir da perda de poder. O poder distingue-se da autoridade porque esta é consentida, enquanto aquele tem mais a ver com a textura social dentro da qual a autoridade se exerce. Ao democratizarem-se, as sociedades vão racionalizando as formas de poder e transformando-as em formas de autoridade. A democratização das sociedades tem introduzido esta faceta, visível não apenas na função docente, mas em todas as outras.

Na docência, esta questão tem a ver com a institucionalização do ensino de massas e com a multiplicidade e diferenciação dos perfis dos alunos. Repare que, muitas vezes, os pais acusam a Escola de não exercer a autoridade, esquecendo que a própria autoridade familiar também perdeu a aura de poder que tinha há uns anos atrás. Portanto, não é só na Escola que 'poder' e 'autoridade' já não querem dizer a mesma coisa; as sociedades vão relativizando o poder e, na medida em que caminham na democracia, progridem no sentido da racionalização da autoridade.

Explicitando, a minha autoridade como professor está enquadrada pelo meu exercício, pela minha qualificação, pela minha competência. Por outro lado, é algo de relacional. Isto é, houve um tempo em que os professores primários eram pessoas com um prestígio e um grau de autoridade muito grandes, sobretudo com uma autoridade outorgada pela comunidade; no entanto, esse elo de prestígio social foi-se perdendo, muito por causa do que Stoer chama 'deslocalização do professor' [exercício da profissão em local distante da residência e conseqüente não participação na comunidade].

Ou seja, além de estar ligada ao exercício e à racionalidade da profissão, a autoridade está também ligada à relação com a comunidade - esta é uma dimensão que não tem sido muito estudada, mas penso que a realocação do professor poderá ser um dos meios para a recuperação do prestígio profissional docente.

Último desafio que lhe proponho: uma ideia que considere fundamental para dar a volta ao texto.

AMM - Já que me falou em formação, atrevo-me a sugerir que a formação de professores poderia ser rentabilizada com uma dimensionação mais sociológica. Isto, porque os cursos de formação de professores têm, em geral, um teor psicologizante que remete para questões ligadas ao desempenho individual, quando a investigação vem mostrando que os constrangimentos parecem ser mais de ordem social e cultural. Dito isto, considero que a miopia pedagógica que referi - o não reconhecimento dos alunos concretos que os professores têm perante si e que está na base do discurso desqualificador - tem a ver com o facto de a formação de professores não se dimensionar também em termos sociológicos.

Entrevista conduzida por António Baldaia